

A INCLUSÃO NA ESCOLA

INCLUSION AT SCHOOL



MARIANA LIMA DO NASCIMENTO

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Cenecista de Brasília (2006); especialista em Psicomotricidade e Aprendizagem pela Faculdade XV de agosto (2018); Professora de Educação Infantil no CEU CEI Professor Walter de Andrade.

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema da inclusão nas escolas da rede pública, um assunto que há tempos vem sendo estudado e questionado, garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN Nº 9.394, de 20/12/96, aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais das mais variadas: física, mental, intelectual. A adaptação dos espaços escolares para um viver mais seguro e agradável é um conceito que deverá ir além dos muros escolares, garantindo o convívio social a todos os cidadãos. Muitos são os obstáculos, as discriminações, como também são os progressos realizados no ambiente escolar, a aceitação perante a sociedade, a relação família/escola/aluno, a formação do profissional da educação. A pesquisa tem como fundamentação teórica leitura de livros e artigos relacionados ao tema que visam proporcionar uma compreensão da inclusão e exclusão social ocorrida atualmente no ambiente escolar.

Palavras - chave: Inclusão; Formação; Educação; Acessibilidade.

ABSTRACT

The present work addresses the theme of inclusion in public schools, a subject that has been studied and questioned for some time, guaranteed in the Law of Guidelines and Bases of National Education - LDBN No. 9,394, of 12/20/96, for students with disabilities special educational needs of the most varied: physical, mental, intellectual. Adapting school spaces for safer and more pleasant living is a concept that should go beyond school walls, ensuring social interaction for all citizens. There are many obstacles, discriminations, as well as the progress made in the school environment, acceptance in society, the family/school/student relationship, the training of education professionals. The research has as theoretical foundation the reading of books and articles related to the theme that aim to provide an understanding of social inclusion and exclusion currently occurring in the school environment.

Keywords: Inclusion. Formation. Education. Accessibility.

INTRODUÇÃO

Por meio de estudos sobre a Declaração de Salamanca, Lei de Diretrizes e Bases nº9.394, livros que destacam o tema da educação inclusiva e políticas públicas, assim como artigos relacionados ao tema, o presente trabalho visa compreender e discutir conceitos, flexibilidade e a relação família/escola no desenvolvimento e inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e na vida social, levando em consideração pontos importante para que o trabalho da inclusão obtenha sucesso com o objetivo voltado a educação de qualidade para todos, como: a formação profissional, a estrutura curricular entre outros obstáculos existentes no ambiente educacional.

Apesar de toda e qualquer dificuldade nada deve impedir que a inclusão aconteça, até mesmo porque a inclusão está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/1996 é importantíssima que façamos com que essa lei seja cumprida, principalmente nas instituições que tentam descumprir negando a inclusão dos deficientes físicos, pois várias pessoas, bem como órgãos públicos e privados tendem a fechar os olhos para isso, deixando claro o descaso com essas pessoas. Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos, sem discriminação, e a cada um com suas diferenças, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça e deficiência.

Um dos grandes desafios para as escolas, professores e a família é a inclusão de crianças portadoras de alguma necessidade educacional especial, seja ela física, mental ou intelectual.

Incluir um aluno que possui necessidades especiais na escola requer comprometimento e muita responsabilidade de todos os envolvidos na educação, pois é um problema de âmbito social, incluir não significa apenas preencher um espaço estipulado por lei para responder burocraticamente um direito social e sim trabalhar, estudar e realizar mudanças curriculares para atender uma diversidade de perfil dos alunos visando um progresso no desenvolvimento individual e em grupo, ao contrario a escola estará contribuindo para a exclusão e momentos de preconceitos dentro e fora da sala de aula.

Para que o processo de inclusão escolar efetivamente ocorra nas escolas é preciso que ocorra uma transformação, na qual toda e qualquer pessoa se beneficie, levando em conta as especificidades do sujeito e não mais as suas deficiências físicas e limitações. É necessário que o processo inclusivo não seja entendido com um desafio ou até mesmo como regras ou que possa parecer de alguma forma que os deficientes físicos sejam vistos com “diferente” dos demais alunos, pois há uma união de leis e decretos que garantem que todos os independentes das suas diferenças e limitações, tenham um ambiente igualitário.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Antigamente a pessoa com deficiência era associada a incapacidade, sofrendo intolerância, a exclusão e o desrespeito social enquanto ser humano. A educação inclusiva não existia e famílias que tinham filhos com necessidades especiais não admitiam essa realidade e não aceitava que seus filhos vivessem no cotidiano familiar, excluindo-os e os abandonando, muitas vezes em sanatórios onde uma vez internados não se ouvia mais falar nessas pessoas que sofriam atrocidades e abandono muitas vezes levando-os a morte.

Na Grécia Antiga eram considerados como coisas, pessoas sem alma, sofriam maus tratos e eram eliminados, já na Europa na Idade Média ganharam o direito à vida, mas sempre vistos com indiferença pela sociedade.

A religião, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, fortaleceu o preconceito sobre o indivíduo com deficiência perante a sociedade e a própria família. Nesta época os atendimentos realizados eram de caráter caridoso e não como um direito.

No século XIX por meio de experiências na Europa e Estados Unidos é que o indivíduo deficiente passou a ser tratado como um caso médico. No Brasil surgiram algumas instituições de atendimento escolar, com o decreto Imperial nº1.428 de D. Pedro II que fundou o Instituto dos Meninos Cegos e Instituto de Surdos-Mudos, depois outras Instituições foram criadas como o Instituto Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Mesmo com alguns progressos a criança com deficiência ainda não era vista com direito a inclusão nas escolas regulares, não havia entendimento de que a escola deveria mudar para acolher o aluno com necessidades educacionais especiais.

Na década de 1980 acontecem diversos movimentos pelo direito de toda a educação e na década de 1990 acontecem mudanças estruturais e educacionais no país, inicia-se a ideia de educação inclusiva e a necessidade de rever conceitos na escola visando uma educação de qualidade que respeite a heterogeneidade.

Em 1994 cria-se um dos principais documentos em defesa da educação inclusiva a Declaração de Salamanca, que consiste na inclusão de crianças, jovens e adultos no sistema de ensino regular e destaca a importância que independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos, que toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades

educativas especiais, a escola deve adaptar-se as necessidades do aluno e que o ensino deve ser diversificado e realizado em um espaço comum a todas as crianças, após esta Declaração o governo Brasileiro reformulou sua política de atendimento na rede regular de ensino, e essa mudança está garantida por lei diante dos seguintes documentos: PNEE - Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 1994); a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL. Senado Federal: Lei de nº 9394/96, 1997), o PCN – Parâmetro Curricular Nacional de Adaptações Curriculares para a educação de alunos com NEE (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação/ Secretaria de educação especial, 1999) e o PNE – Plano Nacional de Educação (BRASIL. Senado Federal, 2000).

No período de 1974 aos dias atuais, houve uma diminuição nas matrículas realizadas nas Instituições Especializadas e um aumento nos estabelecimentos de Ensino Regular, em acordo com os documentos, leis e considerações curriculares a educação inclusiva tem obtido resultados satisfatórios, deixou de ser vista como um problema individual, isolado e passou a ser um problema social onde precisa ser discutido, estudado e analisado para proporcionar um ensino de qualidade e igualitário a todos.

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

Diante dos progressos voltados para a área da educação no que diz respeito a inclusão, é importante analisar a formação do professor, onde o curso de pedagogia resumia-se ao domínio dos conteúdos e técnicas para serem colocados em prática na sala de aula, a formação de professores diferenciava a educação de normal e especial, alunos com necessidades educacionais especiais deveriam ser educados com profissionais especialistas.

Na década de 90 surgiram alguns cursos de mestrados e doutorados voltados para a área da educação especial, mas ainda muito distanciados da realidade da inclusão, é fundamental que ocorram mudanças nas formações de futuros profissionais na área da educação, investir e avaliar os cursos de licenciatura, rever conteúdos destes cursos levando em consideração a realidade da inclusão em tempos atuais, além da formação contínua dos professores que deve ser incentivada, constante, periódica e objetivando a melhoria da profissão docente.

A escola e o professor precisam estar preparados para acompanhar uma educação inclusiva que respeite a diversidade, pois é de extrema importância a preparação do indivíduo para a vida social assim como é de extrema urgência o entendimento do profissional da educação para lidar com os mais variados perfis de alunos em sua sala, pois o papel da escola inclusiva também é um processo social e todas as pessoas têm direito à educação, e aos portadores de necessidades educacionais especiais se faz necessárias oportunidades de uma boa educação na classe regular visando uma socialização com os demais alunos.

Buscar construir um espaço em que a diferença possa ser acolhida não corresponde a negar as dificuldades de relacionamento com os outros e os nossos preconceitos, mas, pelo contrário, admitir que esses sentimentos (que aparentemente se contrapõem a ideia da inclusão) existem, para que possamos refletir sobre suas origens e as formas de superá-los. O que deve motivar a inclusão é o desejo de promover uma sociedade humana, em que os direitos de todos sejam respeitados e cada um possa “individualizar-se”, respeitando a si mesmo e ao outro como diferente. (FRELLER, FERRARI, SEKKEL, 2008, P.34)

No início da inclusão nas escolas regulares, não acontecia um planejamento bem estruturado e os educadores determinavam os alunos que eram bem sucedidos a adaptar-se a escola e os que não se adaptassem eram excluídos do ambiente social colocando a perder o sentido da inclusão, atualmente cabe a escola sofrer adaptações sejam elas nas suas estruturas físicas ou na formação profissional tendo como foco um planejamento do grupo escolar que atendam as necessidades educacionais dos alunos de inclusão e de suporte aos professores diante da expansão da inclusão na rede regular de ensino, uma vez que esse assunto torna-se constrangedor para muitos profissionais da educação, que nem sempre estão abertos para uma visão renovada de conceitos e pré-conceitos ou tão pouco dispostos a inovar a prática pedagógica diante da inclusão.

Conforme SASSAKI (1997), o desafio dos profissionais da educação será o de trabalhar por uma escola inclusiva com qualidade de ensino e essa importância começa na educação básica que é o primeiro passo para o desenvolvimento social do país.

Na escola inclusiva reconhecer as diferenças e respeitá-las é essencial para trabalhar a capacidade de cada um em busca da construção do conhecimento, proporcionar um ambiente favorável á inclusão, respeitar as limitações e ressaltar as possibilidades de cada um.

Outra dificuldade encontrada nas escolas e para os professores é a estrutura física em que o poder público muitas vezes faz vistas grossas e não disponibiliza verbas para adaptar a estrutura escolar, a direção escolar por outro lado necessita prestar contas para a diretoria de ensino referente às vagas protegidas por lei e o direito da educação para todos, ainda existe a falta de profissionais, ou seja, um atendimento educacional especializado dentro da escola do ensino regular e profissionais que atendam a algumas necessidades como tradutores de libras e Braille, pois um aluno com problemas auditivos se não houver um professor que domine a língua de sinais, para este aluno ocorrerá na escola apenas a integração social, mas não a inclusão do surdo perante os ouvintes, o mesmo ocorre com o aluno que possui dificuldades visuais se a escola não tiver um professor e material adequado este aluno também estará fazendo parte de uma integração não da inclusão no seu sentido mais amplo que é o de proporcionar o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Falta apoio aos professores que se encontram em salas cheias e com alunos com necessidades educacionais especiais e algumas dessas necessidades são físicas onde se faz necessário o auxílio de atendimentos diversos como higiênicos entre outros, sobrecarregando assim o professor que acaba ficando desmotivado, esgotado e muitos são os casos dos profissionais dessa área afastados pelos mais variados problemas de saúde.

A avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais também deve ser analisada e bem-organizada entre os professores, ter em mente que o mais importante é perceber e fazer com que a criança também perceba o seu aprendizado e o quanto ela cresceu por meio do seu esforço pessoal e vencendo suas limitações.

É possível um professor da rede regular de ensino dar aulas para os alunos de necessidades educacionais especiais sim, pois ele não tem a obrigação de entender de todas as deficiências, mas cabem as autoridades de ensino adaptar as escolas com a contratação de especialistas referente a cada caso o que está garantida na Constituição Brasileira no art. 208 “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, a partir daí iniciar um trabalho educacional em equipe visando sempre o bem estar, a socialização e uma educação de qualidade para todos.

O ENSINO DA ARTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Acredita-se que por meio da arte na educação é possível desenvolver certas áreas do conhecimento como a percepção visual, auditiva, a expressão corporal, a imaginação, o pensamento analógico, concreto e a reflexão, permitindo assim, o desenvolvimento da criatividade, sendo também uma forma de estímulo para o educando, em especial ao portador de necessidades educativas especiais.

O ensino da arte para o portador de necessidades educativas especiais oferece oportunidades de desenvolver suas potencialidades por meio da criatividade, raciocínio, percepção e domínio motor, tendo o acompanhamento de pessoas e profissionais esclarecidos de sua importância, compreendendo os resultados e efeitos provenientes das práticas sugeridas.

Por meio do contato com a pintura, o teatro, a dança, a música, a escultura, enfim, de qualquer campo do conhecimento artístico, o aluno terá a oportunidade de desenvolver-se dentro de suas possibilidades e limitações, demonstrando que é capaz de realizar atividades com as quais tem mais afinidade, tornando o processo ensino aprendizagem uma concretização de maneira prazerosa.

A Pessoa Portadora de Deficiência tem poucas oportunidades de realização, poucas fontes de prazer, mas é necessário que elas descubram valores em suas vidas, sintam-se importantes, úteis e amadas, a ligação entre a Arte, a cultura, a educação e a importância do trabalho para o Portador de Necessidades Educativas Especiais atualmente já é uma realidade, a arte pode ser um meio de realização e um instrumento de trabalho para qualquer pessoa, é o que veremos no parágrafo a seguir.

Em 1956, um artista que pintava com a boca Erich Stegmann, reuniu um pequeno grupo de artistas com deficiência física de 8 países europeus. Seu objetivo era ganharem o seu próprio sustento através de seus esforços artísticos e obter uma segurança de trabalho que até então eles não tinham, assim ele fundou a Associação dos Pintores com a Boca e os Pés como uma organização

corporativa que reproduz os trabalhos dos seus artistas principalmente na forma de cartões, calendários e outros produtos.

Para Stegmann, a Associação dos Pintores com a Boca e os Pés nunca deveria ser considerada uma instituição de caridade pelo fato de seus membros serem deficientes físicos, a palavra “caridade” era tão abominável como a palavra “pena”. No Brasil, atualmente há 53 artistas, muitos dão palestras e demonstrações de pintura para escolas, empresas e outros grupos interessados, oferecendo uma melhor compreensão do trabalho que está sendo feito pela Associação e as possibilidades disponíveis como oportunidade para as pessoas com deficiência.

Os Pintores com a Boca e os Pés não é uma associação beneficente, mas sim uma sociedade de membros especiais importantes.

Todos os seus integrantes aprenderam a pintar sustentando o pincel com a boca ou com os dedos dos pés, por não possuírem o uso das mãos, devido suas deficiências sejam elas, por nascença, acidente ou doença, e agora pintam com a boca e os pés. A associação tem sua Sede no endereço: Rua Tuim, 426 Moema São Paulo SP. Cep. 04514/101 tel. (11) 5053-5100.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR PARA ATENDER ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ACESSIBILIDADE

O tópico tem como objetivo ratificar possíveis mudanças necessárias a ocorrerem na estrutura física para atender alunos com deficiência física, no qual são necessárias algumas adaptações para uma educação de qualidade, isto é, pensar na acessibilidade do espaço escolar e de toda a sociedade. A palavra estrutura vem do verbo *struere*, que significa construir.

No Brasil, infelizmente há um distanciamento acentuado, para que a mobilidade e a acessibilidade sejam efetivamente executadas, apesar disso, muita coisa já foi feita em prol dos portadores de necessidades especiais exemplo disso é a formalização das leis que regem as normas e os critérios de acessibilidade ao deficiente físico como as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a lei da acessibilidade (Lei N° 10.098/2000), os parâmetros da Norma Brasileira NBR-9050 entre outras.

A escola tem que proporcionar um ambiente agradável, confortável e prazeroso, onde os alunos tenham condições de aprender, desenvolver-se superando seus medos e desafios que venham a encontrar no seu dia a dia, para que isso ocorra, todas as escolas brasileiras, públicas e particulares são obrigadas a fazer as modificações, mesmo que sejam pequenas mudanças, principalmente arquitetônicas, serão de grande eficácia nesse processo, exemplos: demarcação de degraus, construção de rampas de acesso para deficientes físicos (cadeirante), portas mais amplas e corredores largos são detalhes que podem passar despercebidos aos olhos das pessoas normais, mas que fazem toda a diferença para quem necessita de cuidados especiais. É preciso que o espaço físico funcione efetivamente para todos, sem distinção e que, se parta do pressuposto de uma sociedade diversa.

INCLUSÃO: A VIDA EM SOCIEDADE

A inclusão diante da sociedade ainda é um assunto delicado que causa muita resistência, principalmente ao que diz respeito ao preconceito, intolerância e falta de informação que muitas vezes ocorrem no próprio ambiente familiar.

É no cotidiano escolar que a realidade do preconceito e da exclusão se torna mais evidente, pois, a dificuldade de lidar com as diferenças e as consequências das desigualdades sociais, interferem na prática de inclusão no âmbito educacional.

De acordo com FRELLER, FERRARI, SEKKEL (2008), é importante que a instituição escolar esclareça aos pais de um modo geral, informando os benefícios da inclusão, para assim evitar que a presença de alunos com necessidades educacionais especiais seja visto negativamente no sentido de atrasar o ritmo do grupo, destacar que o objetivo da educação inclusiva diz respeito a todos para a necessidade da construção de uma sociedade mais humana, identificando as barreiras e buscando soluções e melhoramentos para o seu desenvolvimento.

Na sociedade atual, as formas de exclusão e as pessoas que dela são alvo variam significativamente: pobres, homossexuais, deficientes, negros, judeus, mulheres, obesos, idosos, entre outros. Todo aquele que pertence a algum desses grupos é alvo potencial de preconceitos e de discriminação/exclusão. O preconceito é sempre uma defesa contra um sentimento de ameaça, que determina uma predisposição para agir frente a determinado alvo (pessoa, objeto ou situação), de modo independente da experiência. Assim, uma pessoa pode ter preconceito em relação aos negros sem nunca ter se relacionado com um negro. (FRELLER, FERRARI, SEKKEL, 2008, p.20)

Para que o papel da inclusão seja aceito e entendido pela sociedade se faz necessário ouvir o aluno que possui necessidades educacionais especiais, pois eles sabem do que precisam as dificuldades encontradas e a partir desse diálogo desenvolver ações, projetos que visam orientar e modificar a forma de pensar a inclusão seja no ambiente familiar, na escola ou no convívio social, mas sempre respeitando suas limitações.

Ao falar sobre a família, muitos são os pais que ainda sentem receio em matricular seus filhos na rede pública, pois acredita que seus filhos serão discriminados, isolados, preferindo deixá-los na escola especial o que para eles é considerada uma escola melhor, pois não acreditam que o professor da rede pública esteja preparado, por outro lado a falta de informação para famílias de baixa renda ocasiona os vários “não” recebidos por parte de alguns profissionais de escolas da rede pública sem que esses pais saibam a quem recorrer aceitando todo tipo de humilhação e rejeição. O Decreto nº. 7.611/11 assegura condições ao acesso de crianças com necessidades especiais ao ensino regular e incluiu a possibilidade de dupla matrícula, para que os alunos possam frequentar também o atendimento especializado, porém, na prática ainda é comum a rejeição desses alunos na escola comum.

A escola é o ambiente onde os alunos viverão experiências desde a infância, convivendo com as diferenças e vencendo preconceitos dentro e fora da escola por isso a importância de um elo de comunicação entre a escola e a família.

Para SZYMANSKI (2007), a escola e a família são duas instituições que tem em comum a função de prepararem os jovens para sua inserção futura na sociedade, ambas desempenham papel importante do indivíduo para o futuro cidadão, pois é o primeiro mundo em que habitamos, por esse motivo é importante a interação família/escola para o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais.

No que se refere ao desenvolvimento e ao processo ensino-aprendizagem as contribuições de Vygotsky (1997; 2003) são importantes. Para ele o ser humano nasce apenas com os recursos biológicos, mas com a convivência social, com seus valores e sua cultura, esses recursos concretizam o processo de humanização, o que também se define como duplo nascimento: um biológico e outro cultural, o processo relacional entre ambos possibilita o desenvolvimento e a apropriação do conhecimento historicamente produzido.

Para Vygotsky, a criança cujo desenvolvimento foi comprometido por alguma deficiência, não é menos desenvolvida do que as crianças "normais", porém é uma criança que se desenvolve de outra maneira, isto é, o desenvolvimento, fruto da síntese entre os aspectos orgânicos, socioculturais e emocionais, manifesta-se de forma peculiar e diferenciada em sua organização sociopsicológica, assim não cabe ao professor avaliar suas ações e compará-las com as demais pessoas, pois cada um se desenvolve de forma única e singular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão tem como seu principal objetivo que todos sejam aceitos e respeitados como membro da sociedade sem discriminação, assim também é esse o objetivo da inclusão na escola, embora muito já tenha sido feito para a melhoria do atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, o presente trabalho destaca que o sistema educacional ainda tem um longo caminho para aperfeiçoar este atendimento, é o caso dos professores da rede pública que por vezes se encontram despreparados e com o desafio de cumprir os objetivos previstos nas legislações, buscando aperfeiçoar-se profissionalmente e buscando o apoio e auxílio da família, que por outro lado também sofre devido a falta de informações e conhecimento dos seus direitos.

Ser diferente não é apenas ter uma deficiência, e as diferenças na escola são muito difíceis de serem assimiladas, temos que deixar de ver a diferença no outro. Não fazer dessa diferença motivo de exclusão, aprender a construir relações sociais diferentes com o outro.

Vivemos em uma sociedade que valoriza a perfeição, tanto no mercado de trabalho como na vida pessoal e com uma visão da inclusão ainda muito pequena e ultrapassada e é este o principal desafio, mudar a forma de a sociedade ver o mundo, conviver com a diferença, respeitá-la e aproveitar a oportunidade de nos tornarmos pessoas melhores.

Somente quando órgãos públicos derem a devida importância para a inclusão e implantar as leis de modo rápido e eficaz, respeitando os alunos, a formação profissional, adaptações físicas, material adequado e investindo para informar e conscientizar a sociedade, aí sim poderá destacar que de fato as escolas da rede pública são inclusivas e capacitadas para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALVES F **inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT-NBR 9050 (2004): Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: 2004.

FRELLER, Cintia, FERRARI, Marian A. L. Dias, SEKKEL, Marie Claire. **Educação Inclusiva: percursos na educação infantil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

HONORA, Márcia, FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva**. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

LOPES, K. R.; MENDES R. P.; FARIA, V. L. B. (Orgs). **Coleção Pró Infantil: programa de formação inicial para professores em exercício na educação infantil**. Brasília: MEC, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola Desafios e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2007.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BRASIL (1994). Declaração de Salamanca: princípios, políticas e prática em educação especial.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso 20 jul. 2021

BRASIL (2000). LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96. Brasília. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso 18 jun. 2021

Pintores com a boca. Disponível em:

<http://www.apbp.com.br/associacao/> Acesso 05 jul. 2021.